



PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DO BDI

OBRA : **QUADRA SOCIETY**
LOCAL : **SESC SANTA LUZIA**
PRAZO : **120 DIAS CORRIDOS**

% DE MO E EQUIP. **23,19%**
% DE MATERIAL **76,81%**
ISS NO MUNÍCIPIO: **5,00%**
REFERÊNCIA: **TABELA DESONERADA**
TIPO DE OBRA: **CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS**

$$BDI = \frac{(1 + AC + S + R + G)(1 + DF)(1 + L)}{(1 - I)} - 1$$

QUARTIL ADOTADO: **1º Quartil**

AC	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	3,00%
S+G	SEGUROS E GARANTIAS	0,80%
R	RISCOS	0,97%
DF	DESPESAS FINANCEIRAS	0,59%
L	LUCRO	6,16%
I	IMPOSTOS (A+B+C+D)	9,31%
A	PIS	0,65%
B	COFINS	3,00%
C	ISS (BASE DE CÁLCULO) (ISS MULTIPLICADO PELO PERCENTUAL DE MÃO DE OBRA E EQUIPAMENTO DE EXECUÇÃO)	1,16%
D	CPRB	4,50%
BDI SERVIÇOS		23,36%

OBSERVAÇÕES

a) Os percentuais de Impostos a serem adotados devem ser indicados pelo Tomador, conforme legislação vigente. Para o ISS, deverão ser definidos pelo Tomador, através de declaração informativa, conforme legislação tributária municipal, a base de cálculo e, sobre esta, a respectiva alíquota do ISS, que será um percentual entre 2% e 5%. ISS: Compatível com a legislação tributária do município onde serão prestados os serviços previstos da obra, observando a forma de definição da base de cálculo do tributo prevista na legislação municipal vigente e, sobre esta, a respectiva alíquota.

b) PIS e COFINS: Devem atender a legislação vigente.

c) LEI Nº 12.546, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2011. Art. 7º-A. A alíquota da contribuição sobre a receita bruta prevista no art. 7º será de 4,5% (quatro inteiros e cinco décimos por cento), exceto para as empresas de call center referidas no inciso I, que contribuirão à alíquota de 3% (três por cento), e para as empresas identificadas nos incisos III, V e VI, todos do caput do art. 7º, que contribuirão à alíquota de 2% (dois por cento). (Redação dada pela Lei nº 13.202, de 2015) Contribuição Previdenciária: A alíquota incidente deve ser informada (Patronal ou Receita Bruta) e comprovada.

Utilizado o primeiro quartil por se tratar de uma obra de baixa complexidade.

Caso haja preenchimento da alíquota de CPRB igual a zero pelo fornecedor, o mesmo deverá justificar.

Conforme orientação do TCU, a aplicação do ISS deverá ser apenas sobre a mão de obra. Considerando que ocorre incidência do ISS em 13,81% apenas da mão de obra, a taxa de ISS a ser considerada no BDI é de 5% aplicado em 13,81% do valor de venda, o que corresponde a 0,68%.

Destaca-se que a Constituição

Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB), instituída pela Lei 12.844/2013, é aplicável às empresas que estão sujeitas à desoneração da folha de pagamento. Portanto, só haverá incidência de CPRB quando o orçamento for feito utilizando a mão de obra desonerada.

A opção pelo cálculo dos encargos sociais com mão de obra ONERADA só é vantajosa quando o percentual de mão de obra for menor que 22,5%, uma vez que o imposto aplicado será menor que 4,5% do orçamento bruto e consequentemente mais econômico para a administração.